

Sob pressão, governo age

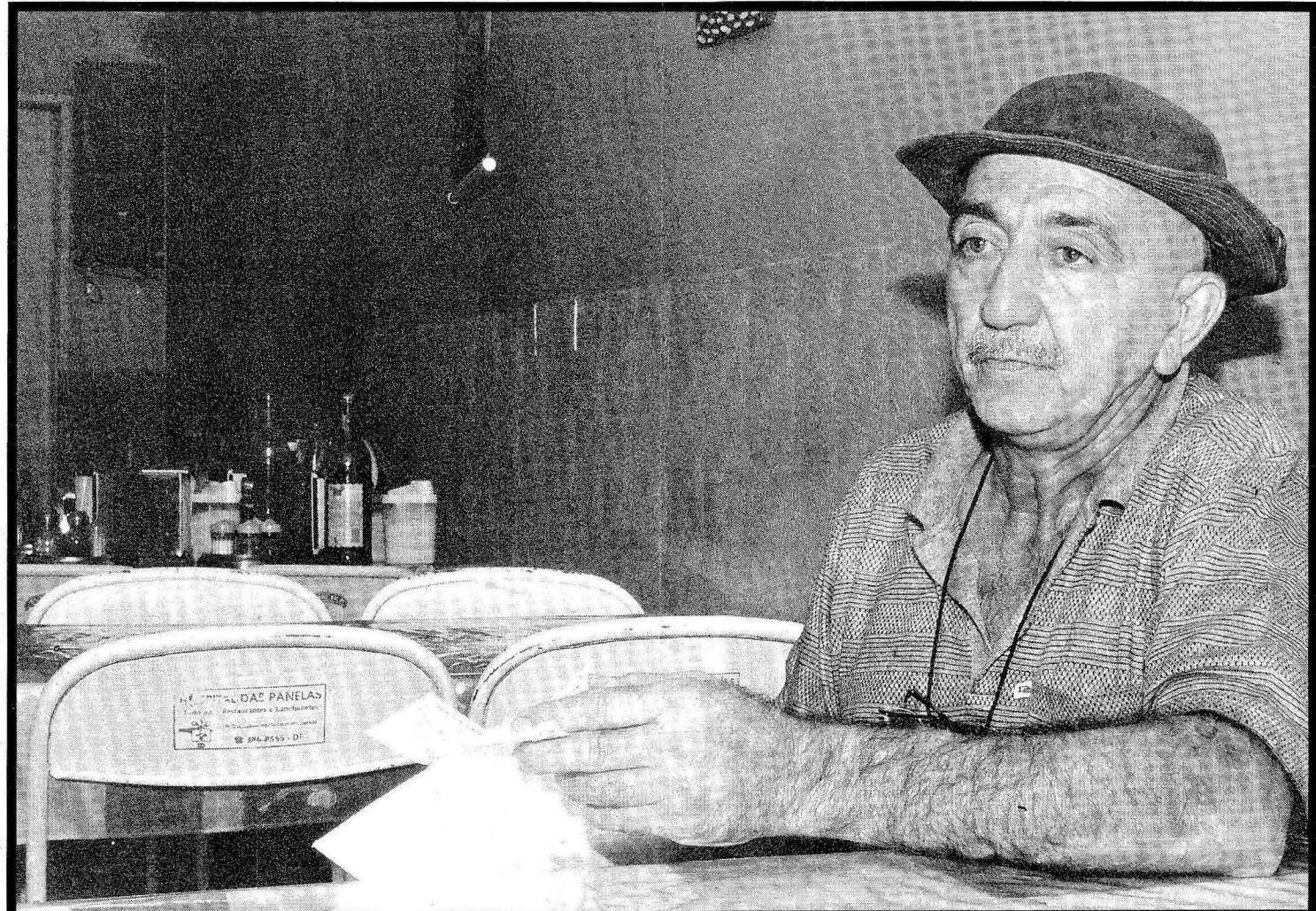
Marcelo Ferreira 15.07.02

Juliana Cézar Nunes
Da equipe do **Correio**

Cerca de 300 moradores do Distrito Federal têm hoje em mão decisões judiciais que asseguram o direito à assistência médica gratuita. São pessoas que precisam de remédios para se livrar de doenças graves — como câncer, esclerose múltipla e fibrose cística —, crianças aguardando aparelhos auditivos e pacientes à espera por uma viagem que garanta tratamento em outros estados. Nos últimos meses, todas eles foram em busca de um juiz que defendesse seus direitos. Até encontraram. Mas as dezenas de liminares e mandados não foram suficientes para mobilizar a Secretaria de Saúde. Na maior parte dos casos, as determinações não são cumpridas.

Uma exceção a esta regra aconteceu esta semana. O juiz Esdras Neves de Almeida, do Tribunal de Justiça do DF (TJ-DF), intimou na noite quarta-feira o secretário de Saúde Aluísio Toscano a entregar, em 24 horas, medicamentos para 11 pacientes que sofrem de câncer. A mesma ordem havia sido dada há duas semanas, com o prazo de 72 horas. A diferença dessa vez é que o juiz estabeleceu a pena para o secretário em caso de descumprimento da liminar: prisão. A Secretaria começou a telefonar pouco antes do meio-dia para avisar aos pacientes que os remédios estavam disponíveis. Terá que fazer o mesmo nas próximas 72 horas. No final da tarde de ontem, Almeida voltou a intimar o secretário a entregar remédios para outras 41 pessoas com câncer. Novamente, sob pena de prisão.

O susto de agora só não foi pior do que o de agosto, quando o juiz Álvaro Luis Carline, da 2ª Vara de Fazenda Pública do



PEDRO TEVE DE VENDER SEU RESTAURANTE PARA COMPRAR REMÉDIO E PAGAR O TRATAMENTO EM GOIÂNIA: DECISÃO JUDICIAL CHEGOU TARDE

TJ-DF determinou a prisão em flagrante do diretor de Promoção e Assistência à Saúde da Secretaria de Saúde do DF, José Ferreira Nobre Formiga. A decisão foi motivada pelo não cumprimento de liminar que garantia à aposentada Douralice Brito o direito de receber medicamento para tratar uma doença neurodegenerativa, chamada esclerose lateral amiotrófica (ELA). Formiga estava em Recife e, antes que ele voltasse para ser preso, o medicamento foi entregue.

No entanto, além de raras, as

decisões punitivas costumam levar um tempo que algumas pessoas não podem suportar. Foi o caso de Pedro Alves, 51 anos. Desde 2000, ele processa a Secretaria por causa do fornecimento irregular de remédios. Ontem, ele foi uma das 11 pessoas que recebeu a ligação da Secreta-

ria. Tarde demais. Na segunda-feira, o morador do Núcleo Bandeirante entrega as chaves

do seu restaurante, vendido por R\$ 20 mil. O dinheiro foi usado na compra dos remédios e de passagens para ir a Goiânia tratar de um linfoma de Hodgkin, câncer que afeta as glândulas do corpo. "Ainda tenho que agüentar um funcionário da secretaria me ligando, com uma grosseria horrível, me mandando ir lá", reclama, sem esconder o choro, o cearense. "Queria pegar o remédio no hospital ou na farmácia e poder ver outros colegas que não foram beneficiados pela decisão fazendo o mesmo."

DESABASTECIMENTO NO RIO

Há cerca de um mês a Secretaria de Saúde do RJ parou de distribuir a 500 portadores de esclerose múltipla (doença neurológica) o remédio Interferon Beta, do laboratório Serono. A falta do medicamento pode provocar surtos de cegueira, derrame facial, visão dupla e sequelas na fala. O laboratório, que detém a exclusividade da distribuição do remédio, informou que o contrato com o Estado acabou e há uma dívida de R\$ 1,4 milhão dos anos 2000 e 2001.

PORQUE FALTA DINHEIRO PARA COMPRAR REMÉDIO

As reclamações de pacientes sobre falta de medicamentos começaram a aparecer com mais freqüência em novembro do ano passado. Sem conhecer a dimensão do problema, Ministério Pùblico do DF, conselhos regionais de Medicina e Farmácia iniciaram uma investigação. Na farmácia pública onde são distribuídos os remédios mais caros, descobriram que faltavam 122 produtos essenciais. Entenda por que os R\$ 1,2 bilhões do Fundo de Saúde no DF não são suficientes para atender às necessidades da população:

■ O pagamento de funcionários leva 65% das verbas

■ Os projetos sociais do Governo do Distrito Federal levam R\$ 117,8 milhões. O dinheiro é usado para a distribuição de cestas básicas, pão e leite, construção dos "restaurantes da solidariedade" e terceira ponte

■ Relatórios da Controladoria-Geral da União e do Conselho Regional de Farmácia mostram superfaturamento nos processos de licitação. A Secretaria de Saúde pagaria até 374% mais caro por alguns remédios em licitações. Nos primeiros seis meses deste ano, 70% do dinheiro reservado para a compra de medicamentos e material hospitalar já havia sido gasto